

O monstro que aleija o Brasil

EMIL FARHAT

“Não entendo o Brasil: um dos países mais ricos do mundo, com problemas econômicos e sociais gravíssimos.” Foi o que o escritor americano Gore Vidal



disse em recente entrevista. Não é apenas o intelectual ianque que “não entende” os problemas econômicos e sociais do País. Também, há pouco, um calouro secretário do novo governo fluminense insistia em sua tese predileta — que lhe valeu a secretaria de Estado —, segundo a qual os negros brasileiros vivem na miséria por premeditação e estratégia perversa das classes dominantes. Acontece que a perversidade burra desses brancolas mandões atinge também, de ricochete, dezenas de milhões de brancos e mestiços, que igualmente rastejam na miséria.

Os “problemas sociais gravíssimos” que atormentam de verdade o Brasil vêm primordialmente da mais estúpida das causas: o estado de ignorância — e, portanto, de incapacitação profissional e assimilação tecnológica — em que vivem quase 80% dos adultos. Esse quadro deformante não é, porém, jogo deliberado de uma elite astutamente sádica. Mas apenas burra.

As elites políticas brasileiras sempre viram os problemas nacionais através do “ponto cego” de sua mentalidade utilitarista. Quando se propunham a fazer algo pela comunidade ou pelo País, sempre seguiam um invariável receituário: estradas, pontes, açudes, palácios administrativos, usinas, altos-fornos ou plataformas flutuantes.

As elites políticas e suas associadas, as classes dominantes, só vêm grandeza nacional no monumentalismo basbaque das grandes obras públicas e no desenvolvimentismo *industrial*. É dessa opção do empirismo — que só mede grandeza na vida pública pelos metros quadrados das obras faraônicas —, que advém a maldição de miséria que parece perseguir um povo a quem foi dado um dos paraísos da Terra.

Por isso, no dia seguinte à pomposa inauguração, Brasília — a fulgurante —, então com menos de cem mil habitantes, já escondia nos seus desvãos sociais 11 mil crianças sem escola. Pela

metade da década de 70, já se mencionava a matriz de nosso aleijão social, embora nela não se atentasse: de 84 milhões de crianças que se matricularam nas escolas brasileiras num quarto de século (1945-1970), 66 milhões deixaram as salas de aula antes do terceiro ano primário.

Depois de 20 anos desse achado macabro, o Ministério da Educação, revolvendo o necrotério de seus fracassos, forneceria ao presidente Collor, para seu Plano de Educação, dados atualizados sobre evasão escolar que pareciam cópia-xerox dos das décadas anteriores: de cada cem crianças matriculadas no primário, apenas 18 terminam o curso. Como se vê, há meio século que a sociedade brasileira tolera e admite os mesmos desastrosos percentuais de evasão escolar. E o faz porque nunca lhe dramatizaram a gravidade do problema. Esta é, aliás, uma prova de que os políticos, as classes dirigentes — inclusive os intelectuais — também não viram, não sentiram, não conhecem seu significado.

Acossadas pelo utilitarismo da carreira ou da fortuna, rápidas e fáceis, as elites paisanas ou de chapa-branca, embora conscientes de estar cercadas por um oceano de favelas e mocambos, de trapos e andrajos, ainda não perceberam ser rigorosamente matemática a relação entre os percentuais de miseráveis e de iletrados. Lamentavelmente, o problema da evasão escolar tem complexidade que paira acima do imediatismo e do apressado primarismo reinante em nossa vida pública. É desafio submerso que, por isso, vem escapando tanto à incompetência quanto à inapetência dos grupos mediocres que exercem ou frequentam o poder.

Como a Nação convive há décadas com seus danos, a evasão tornou-se patologia enraizada, que se localiza na medula de nossos maiores males. Sua erradicação exige doses de raciocínio e tirocínio não encontráveis na mediocridade política. Pois, para nossos próceres, o exercício do poder continua sendo a oportunidade de empinar espingões que lhes perpetuem a memória — e o deslumbrante esporte de nomear e demitir, de prender e soltar.

Felizmente, como todos os males sociais, a evasão não é incurável. E tem solução que, embora de envergadura, se aproxima do corriqueiro “ovo de Colombo”.